Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 3332/2016

PROCESSO TC/MS	:	TC/15456/2015
PROTOCOLO	:	1626713
ÓRGÃO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO-MS
ORDENADOR DE DESPESAS	:	HEITOR MIRANDA DOS SANTOS
CARGO DO ORDENADOR	:	PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO	:	PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 14/2015
EMPRESAS ADJUDICADAS	:	CENTRO SUL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA E CIRÚRGICA MS LTDA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	PREGÃO PRESENCIAL N. 40/2015
OBJETO	:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E REAGENTES LABORATORIAIS
VALOR	:	R$ 214.925,00
RELATOR	:	CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO PRESENCIAL. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. LEGAL E REGULAR. 1ª FASE. INTEMPESTIVIDADE NA REMESSA DE DOCUMENTOS. RECOMENDAÇÃO.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação e julgamento da regularidade do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Presencial n. 40/2015 e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 14/2015 (1ª fase), celebrada entre o Município de Porto Murtinho-MS e as empresas adjudicadas: Centro Sul Produtos Hospitalares Ltda e Cirúrgica MS Ltda, constando como ordenador de despesas o Sr. Heitor Miranda dos Santos, prefeito municipal.

O objeto da licitação é o registro de preços para aquisição de materiais e reagentes laboratoriais, visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, no valor R$ 214.925,00 (duzentos e quatorze mil, novecentos e vinte e cinco reais), com prazo de vigência de 12 (doze) meses.

A 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) na Análise ANA – 4ICE - 25921/2015 manifestou-se pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização da ata de registro de preços.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR – GAB.6 DR.JAC - 3778/2016, opinando pela legalidade e a regularidade da licitação e da formalização da ata.

DA DECISÃO

Analisadas as peças que instruem os autos, verifica-se a inobservância aos prazos para remessa obrigatória de documentos a esta Corte de Contas, exigido na Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, tendo em vista a sua remessa intempestiva, no entanto, a falta não prejudicou ou causou qualquer dano ao erário.

Registre-se que fora juntada aos autos toda documentação obrigatória acerca do procedimento licitatório, com fulcro no Anexo I, Capítulo III, Seção I, Item 1.1.1., letra "B", da Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, c/c o art. 120, I, letra "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013, e a documentação relativa à formalização da ata, conforme preconiza o art. 60 e seguintes, da Lei Federal das Licitações.

Os atos para a realização do processo licitatório na modalidade pregão presencial, inclusive a publicação, atenderam às normas legais pertinentes, quais sejam, Lei Federal n. 10.520/2002 e Lei Federal n. 8.666/93, demonstrando a regularidade dos procedimentos adotados pelo ordenador de despesas.

A ata de registro de preços foi pactuada em observância às exigências do art. 55 e do art. 61, parágrafo único da Lei Federal n. 8.666/93.

Assim, acolho o entendimento da 4ª ICE e do MPC, e **DECIDO**:

1. pela **legalidade e regularidade** do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Presencial n. 40/2015, e da Ata de Registro de Preços n. 14/2015 (1ª fase), celebrada entre o Município de Porto Murtinho e as empresas Centro Sul Produtos Hospitalares Ltda e Cirúrgica MS Ltda, constando como ordenador de despesas o Sr. Heitor Miranda dos Santos, prefeito municipal, conforme art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c o art. 120, I, "a", do RITC/MS;

2. pela **recomendação** ao jurisdicionado para que observe com maior rigor os prazos para remessa obrigatória de documentos a esta Corte de Contas;

3. pela **intimação** do resultado deste Julgamento aos interessados, conforme o art. 50 da Lei Complementar Estadual n. 160/2012 c/c o art. 70, §2ª do RITC/MS;

4. pela **remessa** dos autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo para subsidiar as contratações decorrentes.

Campo Grande-MS, 1º de junho de 2016.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

dncs